**A CLASSE HOSPITALAR NO BRASIL: Origem da pedagogia hospitalar em solo nacional**

Rafaela da Costa Fernandes,

graduanda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho discorre sobre a história da pedagogia hospitalar no Brasil. Inicialmente, traz uma pincelada de sua origem global e logo se aprofunda no recorte temático. A história da educação brasileira é um tópico de suma importância e que deve ser retratado em demasia, por isso a história da educação nos hospitais é explorada ao decorrer da redação. Através de uma análise bibliográfica de textos acadêmicos que perpassam o cosmos em questão, uma pesquisa qualitativa se formou ao observar os dados sob um viés didático e dissertativo. As considerações finais que este texto traz são os reflexos da origem do regime hospitalar para seu funcionamento hodierno, explicitando as conquistas e lutas que as classes hospitalares de hoje se vêem circunscritas.

Palavras Chaves: Classe Hospitalar, Classe Hospitalar no Brasil, Educação Inclusiva, História da Educação.

A pedagogia hospitalar é um pilar para a educação inclusiva e, então, um pilar para a garantia que todas/os terão seu acesso à educação, como preconiza a UNESCO (2007, p. 8). Todavia, outrora ao século XX, esse cenário de necessidade e inclusão não era presente, tampouco existia. Segundo Oliveira (2013, *apud* SOUZA, 2021, p. 8) a primeira aparição documentada de classe hospitalar se deu 1929 na França, visando retroceder os impactos psicossociais causados pelo isolamento[[1]](#footnote-0) do hospital, que culminavam em quadros de patologias psiquiátricas e dificuldades para a vida em sociedade da criança adoecida (*Ibidem*).

A importância do regime hospitalar cada vez crescia mais graças às fortes doenças que impossibilitavam as crianças de comparecer nas escolas, tal como a tuberculose que teve uma explosão de casos no início do século XX, ocasionando numa grande parcela populacional limitada quanto à sua saúde – o que, evidentemente, refletiu nos infantos. Nascimento (2005) traz o contexto que se vivia na época: “Nos inícios do século XX, a doença [tuberculose] tornou-se, de maneira indiscutível, unia patologia de caráter social, isto é, de ocorrência e propagação estreitamente ligadas às condições de vida e de trabalho (p. 44)”.

Somada ao impasse das doenças contagiosas, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe uma maior necessidade da educação nos hospitais, haja vista que, durante o grande conflito, as crianças, e os adolescentes, foram muito afetadas com ferimentos físicos e psicológicos (SOUZA, 2021, p. 9), o que as impediram de frequentar lugares sociais, principalmente as escolas. Durante o regime nazifacista do século XX, as crianças eram especialmente vulneráveis[[2]](#footnote-1) e, à vista disso, “o Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada (CNEFEI) foi criado em 1939 em Suresnes, França, com o intuito de formar professores para o trabalho em hospitais e institutos especiais que se faziam cada vez mais necessários (ROCHA; PASSEGGI, 2010 *apud* SOUZA, 2021, p. 9).

No Brasil a pedagogia hospitalar também se inicia no século XX. Porém, começou nas instituições manicomiais e nos asilos, para crianças internadas devido ao seus condicionamentos psicológicos, uma vez que esse tipo de internação tornou-se práxis em solo nacional – advinda do baixo poder aquisitivo e da ignorância das pessoas para com as doenças intelectuais e mentais (SOUZA, 2021, p. 10).

Todavia, há um impasse entre autoras/es desse tema, uma vez que muitos não consideram como regime hospitalar as classes do início do século XX, já que a situação que essas crianças estavam não se configurava como cidadã (ARAÚJO, RODRIGUES, 2020, p. 142), pois:

Esse atendimento educacional ocorria no Pavilhão-Escola Bourneville para crianças anormais, do Hospício Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro fundado em 1902, que se deu, segundo Silva (2009), após várias denúncias ao HNA por não oferecer condições mínimas de saúde e segurança para que as crianças ali internadas. Essas crianças estavam sujeitas a ficarem junto com adultos, em muitos dos casos em estado de completa nudez, além de falta de medicamentos e de itens básicos como: lençóis e materiais de limpeza (SOUZA, 2021, p. 11).

Será tão somente em 1950, com o Hospital Municipal Jesus no Rio de Janeiro, que a pedagogia hospitalar – como método de inclusão e cidadão – vai aparecer no Brasil. O hospital foi inaugurado em 1935, e sua classe hospitalar em agosto de 1950 (ARAÚJO; RODRIGUES, 2020, p. 142). Contava com 80 crianças internadas e 200 leitos, o que fez necessária a contratação de uma professora para a mediação educacional, com aulas individuais (OLIVEIRA, 2013 *apud* SOUZA, 2021, p. 13).

Concomitantemente, o Hospital Barata Ribeiro também trouxe as classes hospitalares, ainda que não influenciado pelo anterior. As professoras que eram encarregadas das aulas nos hospitais, Lecy Rittmeyer e Marly Fróes Peixoto, respectivamente, conheceram-se em 1960 e levaram, juntas, para o Departamento de Educação da época, a proposta das classes hospitalares, mas não fora efetivada (SOUZA. 2021, p. 13).

Contudo, houve a criação do Setor de Assistência Educacional Hospitalar, em 24 de outubro de 1960, e, após isso, começaram a buscar fornecer a pedagogia através de uma infraestrutura pedagógica, iniciando as salas de aula propriamente ditas nos hospitais (*Ibidem*).

E, então, em 1961, esse setor foi extinto e substituído pelo Setor de ensino Especial e Supletivo, e foi com esse novo setor de ensino que foi oficializado o atendimento educacional às crianças hospitalizadas, pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e pela Constituição do antigo Estado da Guanabara (ARAÚJO; RODRIGUES, 2020, p. 143). De acordo com Souza (2021), em 1965 as professoras que já atuavam em classe hospitalar receberam um diploma do Curso de especialização em Deficientes, passando a ser necessário para atuar na área.

A partir dos pioneiros movimentos de Rittmeyer e Peixoto, as classes hospitalares começaram a se difundir e a serem vistas em todo o território nacional como, além de necessário e direito cidadão, método inexorável para a saúde mental e social da criança hospitalizada, sendo, também, sua função “propiciar à criança o conhecimento e a compreensão daquele espaço, ressignificando não somente a ele, como a própria criança, sua doença e suas relações nessa nova situação de vida (FONTES, 2005, p. 135 *apud* SILVA; ROCHA, 2017, p. 179)”.

O revérbero do século XX aos dias hodiernos difunde-se cada vez mais, através de legislações, instituições e trabalhos acadêmicos. Hoje, já se faz uma temática presente em universidades e congressos, bem como o segundo Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar, que ocorreu em 2023.

Contudo, no simpósio em questão, em um formulário com 88 participantes do pré-Encontro com a região sudeste do Brasil, 28,4% das/os participantes tampouco sabiam se em seu estado há legislação para a educação hospitalar e/ou domiciliar em vigência[[3]](#footnote-2), o que mostra lúcida a falta de conhecimento até mesmo daquelas/es que estão interessadas/os pelo nicho. Os dados de Telles, Telles e Prados (2018) evidenciam que tão somente 2,5% dos hospitais brasileiros possuem classe hospitalar, o que, em paralelo às informações supracitadas, expõe uma realidade do regime educacional hospitalar que ainda não está pronta e completa em suas funcionalidades. Há também a defasagem do Ensino Superior para a instrução de profissionais que sejam aptas/os para exercer a função pedagógica em meio hospitalar,

Considerando que a educação especial é modalidade transversal e que alunos público da Educação Especial participam das classes inclusivas, é importante que o currículo de formação inicial oferte disciplinas que contemplem os tópicos acima mencionados [princípios filosóficos, teóricos e da prática pedagógica no campo da Educação Especial em todas as suas modalidades], para que não incorramos na falácia discursiva de uma educação inclusiva sem oferta de formação básica no campo da educação especial, considerando as diversidades presentes nesta área, bem como a importância dos alunos não terem somente a formação teórica mas carga horária de estágio nas diferentes modalidades acima descritas, incluindo os ambientes hospitalares e domiciliares.

Ainda no processo de formação inicial voltado ao atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar, um tema que se inicia a discussão é a necessidade de uma formação inicial não somente ao licenciado de Pedagogia, mas também das demais licenciaturas. (JESUS, 2021, p. 9-10)

Portanto, embora ainda permaneçam mazelas que acometem a pedagogia hospitalar – e a domiciliar – até hoje, é notória a evolução que essa classe obteve e obtém com o passar dos anos, estando cada vez mais em foco para a compreensão e realização dessa necessidade. E, mais do que inexorável para uma sociedade cidadã, a classe hospitalar traz às alunas/os uma nova chama de esperança para com sua doença e, também as desenvolve para viver em sociedade e, é claro, para a aprendizagem, sendo essencial para seus tratamentos.

Referências

ARAÚJO, Kathy; RODRIGUES, Janine. Pedagogia hospitalar no Brasil: breve histórico do século XX aos dias atuais. *Políticas Educativas*, Paraná, v. 14, n. 1, p. 140-148, 2020.

AS CRIANÇAS DURANTE O HOLOCAUSTO. *Enciclopédia do Holocausto*, Washington. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/children-during-the-holocaust#:~:text=As%20crian%C3%A7as%20eram%20especialmente%20vulner%C3%A1veis,como%20medidas%20de%20seguran%C3%A7a%20preventiva>. Acesso em: 29 de abr. de 2024.

JESUS, E. M. de. Entrevista: Edicléa Mascarenhas - Diálogos sobre a pedagogia hospitalar. Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, MG. v.28, p. 1-16, e013, 2021. ISSN: 1983-1730. DOI: <http://doi.org/10.14393/ER-v28a2021-13>. Acesso em: 29 de abr. de 2024.

NASCIMENTO, D. R. A Tuberculose no Início do Século XX. In.: As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada [online]. Rio de Janeiro: *Editora FIOCRUZ*, 2005, pp. 45- 79. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-114-3. https://doi.org/10.7476/9786557081143.0005.

SILVA, A. G.; ROCHA, S. M. COM A PALAVRA UMA PROFESSORA: RELATOS DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO-EDUCACIONAL AO ALUNO TRANSPLANTADO. *REVELLI***,** v.9, n.2, p. 177-190, Junho/2017.

SOUZA, R. P. de. PEDAGOGIA HOSPITALAR — HISTÓRICO, LEIS QUE REGULAMENTAM E A DOCÊNCIA HOSPITALAR*.* 2021. 31 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) — Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3075/1/Monografia%20Ra%C3%ADssa%20Paes%20de%20Souza%20%281%29.pdf>. Acesso em: 29 de abr. de 2024.

TELLES, H. O. J.; TELLES, R. E. M. M. O.; PRADOS, R M. N. Gestão Educacional nas Classes Hospitalares. *Revista Diálogos Interdisciplinares*. v. 7, n. 3, p. 64-75, 2018.

UNESCO. Aulas hospitalarias, Reflexiones de la VIII Jornada sobre Pedagogía Hospitalaria. Santiago de Chile: *UNESCO*, 2007.

1. Entendendo o isolamento por Silva e Rocha: “A própria palavra isolamento já define as características de afastamento social completo. Se analisarmos a etimologia do termo, em francês *isoler*, separar, tirar do lado do outro, pôr só, certamente entenderemos que se trata de um processo de ruptura e de quebra de uma rotina compartilhada socialmente. (2017, p. 179). [↑](#footnote-ref-0)
2. Vide o site “Enciclopédia Holocausto”. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/children-during-the-holocaust#:~:text=As%20crian%C3%A7as%20eram%20especialmente%20vulner%C3%A1veis,como%20medidas%20de%20seguran%C3%A7a%20preventiva>.. Acesso em: 29 de abr. de 2024. [↑](#footnote-ref-1)
3. Dado fornecido pela vice-diretora do evento, profª. Dra. Ediclea Mascarenhas, em publicação no prelo. [↑](#footnote-ref-2)